Destruição de habitats é a ameaça mais premente à biodiversidade em Portugal

29 de Julho, 2019

A destruição de habitats é a ameaça mais premente à biodiversidade em Portugal, indicam vários organismos dedicados à preservação de espécies, que registam que animais comuns no território estão a deixar de o ser, conta a Lusa.

Nuno Forner, da associação ambiental Zero, disse que a destruição de habitats é uma das maiores ameaças, nomeadamente nas zonas costeiras e húmidas, a propósito do Dia Mundial de Conservação da Natureza, assinalado ontem. Por exemplo, no sudoeste alentejano, a “pressão agrária intensiva” afeta a os cursos de água, as lagoas temporárias, e nas zonas húmidas, muitas perto de malhas urbanas, colocam “uma pressão muito significativa” nestes habitats.

O ambientalista e biólogo destaca que “houve inércia” na definição de áreas protegidas em Portugal, com zonas ameaçadas a ficarem “num limbo” e falta de planos de gestão, mesmo para áreas protegidas incluídas na rede Natura. “Faria toda a diferença” Portugal ter ordenamento de todas as zonas que carecem de proteção, defendeu, para espécies de todo o tipo de habitats, dos cavalos marinhos das rias aos abutres, passando pelos lince e lobos, cujos esforços de conservação, partilhados com Espanha, deram resultados nos últimos anos.

Segundo as estimativas mais recentes do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), há 75 lobos ibéricos no território português, um desafio para se conseguir uma “sã convivência com os seres humanos”, que depende de “informação e representações reais” dos animais.

Joaquim Teodósio, responsável pelo departamento de conservação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, afirma que, no entanto, há “um declínio acentuado de espécies que não são raras, espécies comuns, nas últimas duas décadas”.

A rola-brava, o picanço e o sisão são espécies de aves que tiveram quebras entre “40% e 50% nos últimos 15 anos” por causa de “alterações drásticas” nos seus habitats, essencialmente zonas agrícolas e florestais. A intensificação da agricultura de monocultura, por exemplo, sente-se no Alentejo, onde o regadio ganha terreno às culturas de cereais, que eram o domínio do sisão, um “primo” mais pequeno da abetarda.

“Não gestão florestal”, abandono de zonas rurais do interior, fogos florestais e caça são outros fatores que dão aos ambientalistas razões para se preocuparem, além das espécies raras e ameaçadas que foram alvo de “projetos isolados e medidas pontuais”, que tiveram “bons resultados”, afirma Joaquim Teodósio, apontando o lince e a águia-imperial como exemplos.

Um dos casos mais citados recentemente de espécie ameaçada em Portugal é o

cavalo marinho, cujos números, segundo o ICNF, desceram de 1,3 milhões para 150 mil de 2001 a 2019, só na Ria Formosa, devido à “pesca e turismo recreativos não sustentáveis”, disse à Lusa a diretora da Associação Natureza Portugal/World Wildlife Fund, Ângela Morgado.

“Há guias turísticos que tiram os animais da água para mostrar aos turistas”, ilustrou, indicando que a pressão da pesca se deve à procura do cavalo marinho nos “mercados asiáticos”, onde são usados na medicina tradicional ou transformados em enfeites.

Joaquim Teodósio aponta que há “falta de dados de base”, nomeadamente para as espécies de aves, porque “os censos só se fazem de tempos a tempos e não há censos dirigidos”, há um censo de aves comuns, em que a SPEA participa, feito anualmente com o trabalho de voluntários que escolhem uma quadrícula do mapa, perto de onde moram, e registam as aves comuns que observam.

“Ao contrário do que seria de supor, o despovoamento do território nem sempre é bom para os valores naturais que queremos proteger”, afirmou Joaquim Teodósio. Mas a ocupação intensiva, que “até pode dar rendimento, esgota o solo e não preserva áreas de menor produção” para serem ocupadas por espécies selvagens, que vão desaparecendo, às vezes sem se dar conta, por falta de atenção e monitorização. “Só nos apercebemos quando é tarde demais”, acrescentou.